

METROPOLIZAÇÃO: A REPRODUÇÃO DO URBANO NA CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO

ODETTE CARVALHO DE LIMA SEABRA

Departamento de Geografia

FFLCH Universidade de São Paulo -USP

e-mail: odseabra@usp.br

RESUMO

A formação da metrópole é considerada no encadeamento lógico dos processos que interessam à urbanização da sociedade. Constata-se que a incapacidade física e normativa da cidade para responder adequada e funcionalmente aos processos de concentração e de centralização, explica a formação do tecido urbano que prolifera em todas as direções e sentidos. Disto resulta que as noções de cidade, de bairro e de metrópole correspondem às circunstâncias temporais da história sendo, a metrópole, um ponto de chegada do processo de implosão e explosão da cidade. Conseqüentemente a reprodução social, enquanto reprodução do urbano, expressa uma espacialidade fragmentada que configura os territórios de uso (guetos).

PALAVRAS-CHAVE: Metropolização. Reprodução. Cidade. Bairro. Metrópole.

METROPOLIZATION: THE REPRODUCTION OF THE URBAN WITHIN THE LABOR SOCIETY CRISIS

ABSTRACT

The formation of a metropolis is considered in the logical unfolding of the processes that interest society's urbanization. One can verify that the physical and normative inability of the city to properly and functionally respond to the processes of concentration and centralization explains the formation of an

urban fabric that proliferates in all directions and senses. The result of this is that the notions of city, neighborhood and metropolis correspond to the temporal circumstances of history, the metropolis being the converging point of the city's implosion and explosion process. Consequently, social reproduction, while the reproduction of the urban, expresses a fragmented spatiality which shapes the territories of uses (ghettos).

KEY WORDS: Metropolization. Reproduction. City. Neighborhood. Metropolis.

As metrópoles, de um modo geral, foram sendo estruturadas pelas demandas induzidas, em todos os seus âmbitos (pelo menos até os anos oitenta), pela industrialização. Uma estruturação que pôde traduzir na sua materialidade, o duplo processo de desenvolvimento do capitalismo enquanto formação social, qual seja: centralização econômica dos negócios e concentração geográfica dos fatores da produção e reprodução capitalista. Na metrópole, as categorias do capital estão plenamente desenvolvidas sendo, por isso, necessário discutir a reprodução; é necessário também compreender como espaço e território foram sendo convertidos em categorias analíticas tanto da produção de mercadorias (sentido estrito) como da sua reprodução. A premissa é que a espacialidade do capital se realiza, concretamente, na territorialização dos processos objetivados pelas práticas sociais.

Espaço e território não são exteriores à lógica reprodutiva da sociedade exatamente porque enquanto categorias analíticas do saber geográfico se constituíam a media que o solo urbano assumia os atributos da mercadoria e que, como tal, passava a circular num mercado de produtos e fatores. Fosse através do parcelamento de terras (produção de lotes urbanos), também da construção de moradias, mesmo aquelas mais ou menos improvisadas, da abertura de caminhos e ruas (em articulação com a formação desses mercados) e da implantação dos meios de transportes. Materialmente o espaço urbano entra no circuito de produção e consumo da sociedade.

Tanto que a estruturação das redes de cidades, que espontaneamente se formaram pela capilaridade da circulação e da reprodução da riqueza enquanto capital, no território acompanhava a formação e estruturação da metrópole moderna. A concentração geográfica de fatores de produção foi articulada por

volta de uma cidade primaz, a partir da qual se instaurava o processo de diferenciação técnica do território, em estreita correlação com a concentração geográfica dos fatores de produção.

São Paulo, que serve de parâmetro histórico e lógico para esta reflexão é, sob esse aspecto, exemplar. A primazia de São Paulo (como cabeça de rede de cidades) evoluiu até integrar funcionalmente o território nacional ao seu próprio processo.

A rede de cidades, conceitualmente compreendida na teoria geográfica das localidades centrais, estava em correspondência, ponto por ponto, com a reprodução do capital mercantil, fase de predomínio do capitalismo concorrencial. Mas à medida que a lógica da reprodução exacerbava a concentração geográfica, mais imperiosa se tornava a ação do Estado na formulação de políticas de espaço que viabilizassem os processos de circulação do capital.¹ Sim, porque a infraestrutura material é uma condição essencial desse processo e as formas específicas de produção e consumo do espaço metropolitano de São Paulo, na atualidade, mostram que o Estado enquanto um nível de articulação política, praticamente desistiu de pensar globalmente a urbanização e faz isso viabilizando políticas que realizam uma perspectiva produtivista e classista.

Em São Paulo, na atualidade, as operações urbanas podem contar com certa unanimidade porque se apresentam com duas faces: de um lado trazem consigo o Estatuto da Cidade no qual foram consolidadas reivindicações e propostas dos movimentos sociais que clamavam pela função social da propriedade; por outro lado, segundo o ponto de vista aqui adotado, as operações urbanas consistem numa forma engenhosa de compensações que permitem manter um fluxo de terrenos urbanos como “espaço de reserva”, os quais formam estoques de terra urbana que, enquanto tais permanecem, por lei, congelados na perspectiva de uso futuro. Portanto fica garantido um fluxo contínuo do insumo terra urbana para o setor empresarial devotado à produção de edifícios.

¹ Começou ficar mais claro no debate sobre a urbanização brasileira a ausência de meios para prover as necessidades que a urbanização criava relativamente à integração social e urbana da força de trabalho. Para alguns teóricos, trata-se da falta de política urbana adequada. No entanto, é bem evidente que a urbanização é um processo induzido ou derivado porque as políticas de Estado têm sim, se ocupado da esfera produtiva ou da política econômica. Enquanto isso (Plano de Metas, anos cinquenta; desenvolvimentismo, anos setenta; neoliberalismo com privatizações, anos noventa), o Brasil urbano foi se tornando uma realidade à medida que o movimento do campo para a cidade ou do rural ao urbano consumava-se, gerando um espaço que não é campo e nem cidade.

As operações urbanas em São Paulo incidem sobre áreas urbanizadas, com edificações de épocas passadas que serviram a duas ou três gerações. Muitas delas são conhecidas por deterioradas e correspondem, grosso modo, aos espaços dos bairros mais centrais, descritos como periferia do centro, tais como a Baixada do Glicério, o Pari, a Ponte Pequena, a Luz, o Bom Retiro, a Barra Funda e a Água Branca. As mudanças de uso desses espaços não acontecem sem dramas: as operações urbanas permitem refazer o ambiente construído, mas ao custo de ter que remover os contingentes de população que aí se acomodavam formando um contingente de pobres, postos em movimento, destinados às bordas da área urbanizada porque a revalorização desses espaços centrais assim desencadeada os impede de permanecer onde estavam.

Rosa Tello Robira (2005), ao estudar a mobilidade de usos dos espaços internos de Barcelona, demonstrou com propriedade como áreas de baixa produtividade para a economia urbana acabam formando territórios de despossessão. São áreas com patrimônio imobiliário obsoleto que acumulam funções desprestigiadas e como tais entram em franca deterioração, tanto mais rápida à medida que essas áreas estejam na ótica das reformas urbanas. E que, essa aceleração é o passo para que nessas áreas se manifeste um processo violento de desvalorização, que antecedendo às grandes intervenções, mobiliza a propriedade de modo quase imediato. Áreas urbanas quando são objeto de requalificação espelham esse movimento.

Em consequência brotam no solo urbano os grandes projetos que são em essência metropolitanos. São os mega projetos de edificações através dos quais se atualizam processos técnicos (engenharia e comunicações) e é produzida a aparência da cidade global, com todos os apelos das produções conhecidas por inteligentes (os edifícios inteligentes). Tal como aconteceu na transformação de Vila Olímpia em São Paulo e continuam acontecendo em outros espaços da velha cidade.

A densidade técnica do espaço metropolitano é descomunal. As vias de circulação que formam a infraestrutura dos transportes circunscrevem determinados espaços os quais passam a merecer tratamento analítico, diferencial visando a investimentos de grande monta que são reestruturadores do espaço metropolitano. Na atualidade, é com a implantação do Rodoanel que se cumpre as finalidades reestruturadoras, tal como acontecera em passado relativamente recente, com a implantação das vias marginais expressas, ao longo dos grandes rios de São Paulo.

Portanto, aceitando-se a hipótese de que a urbanização, no presente, já não possa ser explicada pela industrialização, o espaço e a sociedade urbana não podem ser entendidos independentemente da força de determinação sobre o futuro que a materialidade do espaço urbano, já produzida, contém e abriga. Essa materialidade é tradução de uma das formas da riqueza da sociedade (a riqueza imobiliária), a qual se atualiza ininterruptamente em correspondência com o movimento do capital. Ou seja, ora como renda capitalista, ora como juros de capital, ora como lucro de processos produtivos particulares.

Acontece que na atualidade, e para setores importantes que atuam na produção do ambiente construído, a hegemonia do capital financeiro tem deslocado os interesses de capitalização através da propriedade imobiliária. Como o capital que rende juros (dinheiro que faz dinheiro) está desinteressado na imobilização em propriedade, segundo o que mostram os estudos de Fani Alessandri Carlos (2001) e Mariana Fix (2007), desenvolve-se verticalmente um setor especializado na produção desses edifícios. O que indica um aprofundamento da divisão social do trabalho no setor de edificações com mais especialização e maior rentabilidade na produção desses espaços diferenciados.

Do ponto de vista da reprodução social em geral, o espaço urbano condensa trabalho morto, que pode ser entendido como capital fixo porque fixado no território, o qual é acompanhado por uma disposição jurídico-normativa destinada a prescrever o lugar de cada um e de todos; assim, mesmo compreendo que a segregação socioespacial seja, como de fato é, estruturalmente determinada, vê-se que tais disposições exacerbam a segregação, configurando verdadeiros domínios territoriais urbanos (enclaves urbanos) que se justapõem, sem nenhuma lógica aparente que não seja a da separação, apesar de todo o discurso da reclusão e do medo. Essa é apenas uma evidência de que não há reprodução sem conflito.

Isto faz lembrar Henri Lefebvre quando discutiu, em várias de suas obras, a produção e a reprodução social. Vê-se muito claramente em Lefebvre que a produção nem é tanto problema, problema mesmo é a reprodução, afinal como repor todos os elementos da produção para realizar a reprodução ampliada? Creio que uma tal advertência valha para a sociedade e seu espaço. É este o problema que nos aproxima da questão da metrópole como fenômeno e da metropolização como processo.

No entanto, antes de focar as questões relativas às políticas de espaço na atualidade, recorro a uma bibliografia que permita compreender de um ponto

de vista genético, os fundamentos históricos e lógicos da concentração em São Paulo.

Proposição do problema

É necessário refletir sobre a cidade e os seus subúrbios; a cidade e seus bairros, sobre a metrópole e a periferia; formalizações mais ou menos admitidas, para poder designar momentos e circunstâncias do processo de urbanização da sociedade e para apontar os impasses do presente tanto ao nível da teoria como da prática política.

O principal objetivo é o de indicar que o processo de formação da metrópole é também um processo de produção do espaço, de produção política e de produção cultural, que culmina na urbanização da sociedade; que a crise da modernidade, traduzida como crise da sociedade do trabalho, está a indicar que as categorias do capital já plenamente realizadas no movimento da formação, entraram numa fase de reprodução, exatamente quando o urbano se alça como modo de vida generalizado.

Essa formulação não ignora que o desenvolvimento é por natureza desigual. Que as desigualdades sempre foram virtuosas para o capitalismo. Não ignora também que essa virtuosidade pressupõe uma base operacional para que o capital se realize, sobre a qual se expande no sentido vertical e horizontal. O que quer dizer, aprofunda a divisão social do trabalho e conquista novas áreas de expansão (fronteiras de expansão). Mas trata-se, agora, de um momento no qual o capital se reproduz muito mais verticalmente, colonizando os modos de vida. Por isso o cotidiano, admitido como o uso do tempo e do espaço, sob determinações do movimento da formação (com seus impasses, oposições, contradições e conflitos), constitui-se em uma categoria de análise pertinente. E, isso porque a reprodução enquanto conceito designa um processo complexo que arrasta consigo contradições e não só as duplica, mas as desloca, as modifica e as amplifica. E também, reconsidera sem nada excluir o que precedeu pela análise aprofundada das relações de produção, segundo os diferentes níveis contidos nelas.

O cotidiano como banalidade vivida no dia-a-dia, claro que sempre existiu. Mas não é esse o nosso caso pois com Henri Lefebvre trabalhamos a noção de cotidiano como realidade histórica (empírica), âmbito de experiências, que o pensamento pode e deve alçar ao plano da teoria e do conceito.

Isso posto, torna-se necessário e importante assegurar a idéia advinda do próprio Marx (s/d.), no Capítulo Inédito do Capital, ao considerar que só as forças produtivas do capital assim socializado, (tal como a socialização capitalista) estão à altura de empregar no processo direto de produção, os produtos do desenvolvimento humano: a aplicação da ciência no processo imediato de produção, sendo que, tais aplicações aparecem como força produtiva do capital. Nesse importante texto, essa circunstância histórica de desenvolvimento do capitalismo enquanto formação social é identificada como o especificamente capitalista. Ou seja, é a socialização pelo valor, interpretada, por vezes, como a economização das relações com a generalização do valor de troca.

É especificamente capitalista a circunstância na qual o capital enquanto lógica reprodutiva da sociedade dominou os resultados da história e tem necessariamente que enfrentar a problemática da sua iteração, qual seja produzir seus próprios elementos constitutivos. Tem que produzir espaço tem que sujeitar a família segmentando todos os seus membros: a criança como infância; o velho como terceira idade; tendo para tanto que criar estruturas de mando e gestão, creches e centros de convivência. Sempre com aprofundamento da divisão do trabalho.

Já, relativamente às políticas de espaço elas terão sempre um caráter reestruturador que visa a enfrentar as contradições acumuladas na espacialidade dos processos econômicos e sociais, como contradições do espaço.

O desdobramento que a crise da sociedade do trabalho (reestruturação produtiva) tem gerado para sua reprodução no plano da produção política, deixa evidente que muitas das atribuições de Estado, em face das reformas neoliberais que visam a reajuste estrutural, levaram tanto à fragmentação da política com a criação e fortalecimento das ONGs, além da estruturação de uma esfera política que não é pública e nem privada, o terceiro setor.

Limites reprodutivos

Os limites reprodutivos dessa formação social despontavam quando e onde o processo de produção capitalista já não podia colher livremente os elementos do capital, tais como o trabalho e o espaço de circulação, como de fato, a acumulação mercantil e o capital industrial nas fases iniciais da indústria puderam fazê-lo. E, não podia apenas pela massa de força produtiva imobilizada como capital fixo para a circulação, mas também não podia pelo custo de reprodução do trabalho.

Em suma, os limites da reprodução ficam mais claros quando esses elementos do capital, sendo já expressão internalizada de trabalho, deixam de entrar nos circuitos reprodutivos sem qualquer custo.² Começou a haver a necessidade de reproduzir a família trabalhadora nas condições adequadas às transformações tecnológicas que sempre se sucedem, as quais são frutos do desenvolvimento técnico-científico e do aprofundamento da divisão social do trabalho.

Da mesma forma, quando todos os elementos da reprodução do capital e também da vida tinham necessariamente que ser obtidos nos mercados porque já haviam sido produzidos como mercadorias, toda questão passava ser a de valorizar o valor e, então, a abstração de segundo grau passava a articular a reprodução no movimento da formação.

O capitalismo, enquanto formação social, conseguiu atenuar suas contradições sem resolvê-las ao mesmo tempo que proporcionou crescimento. Fez isso abrindo fronteiras de expansão, ocupando espaço, produzindo espaço. Quando a prática social entrou num período de reprodução, desapareceram os referenciais que tinham permitido a linguagem referenciar-se socialmente, quero dizer, estarem fundadas em experiência ou em práticas. Fazia parte desses referenciais a história, a cidade, os ciclos naturais... A partir desse momento a perda de sentido adquire velocidade terrífica, diz Henri Lefebvre (1969a). Há um imenso caudal de estudos devotados a diagnosticar a perda de referenciais e a busca de compreensão de tais circunstâncias se desenvolve com base no conceito de pósmodernidade.

Para a formação da metrópole, como fenômeno de grande magnitude que é, converge uma complexidade de processos dentre os quais se pode distinguir uma problemática do espaço, da política e da cultura do cotidiano urbano. Faz parte da hipótese aqui desenvolvida, a compreensão de que a constituição real e formal da metrópole corresponde ao dilaceramento de formações pretéritas, sejam cidades, bairros ou subúrbios.

² A massa imigrante que serviu à resolução da crise do trabalho escravo no Século XIX serviu também em grande medida como força de trabalho à indústria nascente desde os primeiros anos do século XX. Essa massa de trabalho nada custou ao capital industrial. Também nada lhe custou manter e alimentar a mobilidade do trabalho à escala nacional a partir dos anos trinta. Só a partir dos anos setenta estaria plenamente configurada, para o capital, a necessidade de reproduzir o trabalhador às próprias custas.

O ESPAÇO DO CAPITAL E A SUA REPRODUÇÃO

Recolho certos aspectos e comento alguns resultados de uma demorada pesquisa que teve por objetivo discutir o processo de urbanização da sociedade a partir das experiências da vida cotidiana dos moradores de um bairro fabril, localizado a apenas sete quilômetros do centro da cidade de São Paulo, o Bairro do Limão, bairro localizado do outro lado do rio Tietê. Esse rio atravessa a porção setentrional da região metropolitana de São Paulo, no sentido leste-oeste. Ali, as particularidades do sítio urbano são de um lado o próprio rio com suas amplas planícies aluviais (comumente conhecidas por várzeas) e do outro, as colinas terciárias da serra da Cantareira. Como uma bacia hidrográfica é uma unidade integradora de processos muito amplos de natureza ambiental, esse bairro tem estado sujeitado à forma como a natureza natural dos rios e das várzeas é transformada em força produtiva da sociedade.

Raciocinar a partir do mais simples, do mais elementar em direção ao mais complexo, a partir do problema estabelecido no plano teórico e histórico, é uma exigência de método. O bairro foi admitido como elementar como a parte que confirma o todo na relação cidade-bairro. Por isso encontrar os termos de realização do bairro enquanto ambiência de vida e, em seguida detectar os nexos através dos quais esta unidade diferenciada de espaço e de tempo que é o bairro estava articulada à cidade, foi a abordagem definida para a pesquisa.

Inicialmente era necessário encontrar o lugar teórico do bairro e da cidade na urbanização da sociedade, sempre sob a ótica do movimento da formação social em processo. Foi então que, a partir da situação de vida de moradores abordados pela pesquisa, descortinou-se o fato de que eram muito tênues os fios que os ligavam entre si e com o lugar de moradia. Logo, a realidade a ser investigada não comportava o conceito de comunidade. Aquela localidade não proporcionava meios para formação de identidades locais e enraizamentos profundos. Na palavra dos moradores, estávamos então diante do “bairro que dá pena, do bairro que acabou”. O que denotava o dilaceramento ao qual estava sendo submetido o bairro à medida que estava sendo integrado aos processos mais amplos de caráter metropolitano. Na verdade, era a desintegração em um nível (esse mais imediato) e a integração em outro muito mais complexo como é o processo de metropolização ou de formação da metrópole.

As estruturas espaciais, objetos urbanos, que proporcionavam integração funcional com o espaço regional circundante e com o território nacional, deno-

tavam também a circunstância de que o território e a territorialidade do bairro estavam alterados, modificados para viabilizar a incorporação de novas tecnologias destinadas a modernizar a infraestrutura material e possibilitar uma inserção espacial metropolitana.

A infraestrutura, servindo principalmente à circulação viária e ao escoamento superficial da Bacia do Alto Tietê, naquela localidade, era a tradução da refuncionalização visada. O bairro estava subsumido ao espaço tecnológico do rio com suas várzeas, e naturalmente sujeitado aos imperativos das enchentes periódicas que assolam a região como um todo. A bem da verdade o escoamento superficial foi sempre sendo agravado, independente do regime das chuvas. Moradores remanescentes (em 2004) dizem-se surpreendidos pelo volume de água entrando pelos quintais, experiências às quais até então não estiveram sujeitos. Como bairro ribeirinho, tal como fora no passado, proporcionou aos seus moradores a pesca, o pasto, a horta e os inúmeros campos de futebol.

Mas não era apenas isso porque ali, em meio a um casario singelo de edificações que serviram a pelo menos três gerações, pois que a capela, construída pelos próprios moradores, data de 1903, fora instalada uma unidade comercial da rede Carrefour, beneficiada pela infraestrutura de circulação e voltada ao abastecimento metropolitano. O que indica também a efetivação de uma nova lógica do espaço em direção à articulação metropolitana.

A refuncionalização do espaço tinha que possibilitar a ampliação dos circuitos econômicos que se desdobravam das estruturas do Estado como investimento, na formação/ampliação das forças produtivas fixadas no território, à alavancagem de capitais privados como, via de regra, acontece quando investimentos produtivos são fixados no solo porque geram oportunidades de ganhos extraordinários através das rendas diferenciais.

A construção de pontes, a abertura de caminhos, a regularização de propriedades, o deslocamento para o trabalho urbano fosse nas fábricas ou no comércio, correspondem a momentos e níveis da integração do bairro à cidade. Integração que progrediu e que viria negar quase que em termos absolutos o próprio bairro, à medida que a reprodução social seguia seu curso. Pois, ao cabo de trinta anos do estabelecimento dos primeiros imigrantes italianos e portugueses nessa localidade, os novos sujeitos sociais do trabalho que para lá se dirigiam acompanhando o deslocamento do emprego, tinham que seguir adiante, ir para mais longe. Formavam-se novos loteamentos com grupos de casas que

depois viravam vilas, bairros e assim por diante. Esses aspectos fenomênicos não podiam esconder a valorização do espaço como condição de continuidade dos negócios urbanos. E também que a mobilidade geral do urbano em aceleração, acentuava o caráter precário, sempre cada vez mais precário do ambiente construído, à medida que as áreas mais distantes iam sendo povoadas.³

Isto quer dizer que a produção do espaço pressupõe a sua reprodução o que ocorre com e sobre a valorização dos terrenos urbanos, nas condições em que o valor de uso do espaço está completamente sujeitado ao valor de troca, enquanto expressão abstrata das relações sociais de equivalência. Acontece que o morar e o trabalhar disputam o mesmo espaço em áreas que são supervalorizadas pelas funções rentistas de ganhar. Ganhar sem nada produzir.

Assim sendo, os que continuam chegando depois, sem meios de acesso ao mercado de bens urbanos, como pobres urbanos que são, mobilizam-se continuamente pelo território. Certos contingentes formam as frentes de expansão do urbano, realizando o urbano mais ou menos por conta própria nos pequenos lotes adquiridos no mercado formal. Produzem as próprias casas, abrem caminhos, fazem cisternas, andam quilômetros a pé, e fazem muito mais. Outros tantos continuam a vagar sem teto até se acomodarem como podem nos interstícios dessa enorme área de urbanização contínua que é a metrópole. Do que resulta que as favelas sejam o fenômeno mais explosivo do século XXI, como afirma Mike Davis (2006).

Retomando certos argumentos a propósito do bairro estudado, o máximo da metamorfose (do bairro) que permite compreendê-lo como um fragmento da metrópole, está exatamente na singularidade de suportar invasões no casario modesto de outras épocas e pela formação de duas enormes favelas, sendo uma delas a maior de São Paulo. O que indica que aquele espaço (do próprio bairro) ao qual se dedicaram os moradores como espaço de representação de suas próprias vidas, já havia sido integrado aos processos de caráter metropolitano que têm a faculdade de redefinir os sentidos da história.

Para que essa constatação não desvie numa moralidade rasa, cabe reiterar que a urbanização é um processo tão avassalador, que o espaço urbano vai

³ A partir dos anos quarenta, a expansão urbana se fará com a produção em massa de lotes urbanos, multiplicando-se as Vilas e os Jardins e, sobretudo com a produção doméstica de habitações. Em condições sempre agravadas pelo caráter provisório que apresentam, a partir de então, a estética urbana começou a incorporar a paisagem identitária da periferia.

sendo formado por desdobramentos sucessivos e em escala geométrica. Porém regido sempre pela lógica da valorização que transforma grandes áreas de uso ainda rural em urbanas, para um mercado altamente especulativo, com superposição de funções e alargamento das relações do valor (até a generalização do valor de troca).

Nos fundamentos da urbanização está necessariamente a centralidade da cidade. A cidade é o outro do bairro é a referência do referente, como é igualmente uma referência para todos os outros bairros que a tem como complemento. E o bairro enquanto um âmbito de vida social urbana cultiva até um certo momento, um tempo próprio que é comum e cotidiano aos moradores. Nestes termos tem realidade prático-sensível o conceito de comunidade de bairro. Por isso que a integração do(s) bairro(s) à cidade se faria com um duplo sentido: a afirmação da identidade do bairro funda um sentimento de pertencer, mas a integração do bairro à cidade vai no sentido da dissolução de um *ethos* de vida social que é próprio do bairro, mas que acabaria por ser aniquilado nessa integração. Quando a cidade começa a não comportar tantos processos, entra na fase de implosão que depois explode na formação das periferias do urbano metropolitano e a entidade bairro entra em declínio.

O ponto crítico do bairro corresponde exatamente à circunstância na qual as suas próprias condições objetivas não se reproduzem⁴. O que de alguma forma pode ser avaliado considerando a impossibilidade de manutenção das relações de proximidade, tais como o compadrio, o parentesco, a vizinhança. São relações que permitiam usufruir a construção de um tempo próprio, comum e cotidiano que foi tão fundamental na vida de bairro porque era preenchido de sentido ritual, essencial para a vida, estendendo-se do nascimento à morte. O que corresponde de fato, às circunstâncias de formação da sociedade do trabalho, quando ainda trabalhadores urbanos e suas famílias não estavam sujeita-

⁴ O ponto crítico é o momento do negativo da relação do bairro com a cidade. O negativo e a negatividade não comportam a destruição pura e simples, conduzem à superação. Na superação o que é superado é abolido, suprimido apenas num certo sentido; porque, em outro sentido, o superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada; ao contrário, o superado é elevado a um nível superior. E isso porque ele serviu de etapa, de mediação para a obtenção de “resultado” superior; certamente, a etapa atravessada não existe em si mesma, isoladamente, como ocorria num estágio anterior; mas persiste no resultado, através de sua negação. Assim, a criança continua no adulto não tal qual foi, não “enquanto criança”; mas na lembrança e na memória do adulto, em seu caráter, pode-se encontrar – superadas – a criança e a vida de criança (LEFEBVRE, 1979, p. 230-231).

dos completamente à lógica de reprodução do valor. Eram ainda portadoras de valores de uso para si, ligados as suas próprias habilidades de fazer (como até a economia praticada nos quintais, com as hortas, o pasto e a pesca).

O ponto crítico indica o não retorno, indica que o bairro não pode mais se reproduzir enquanto tal. Logo, a palavra bairro perde seu conceito. A partir daí o bairro estudado e todos os bairros guardam muito mais uma referência de localidade inscrita na metrópole e como um fragmento desta.

Na mesma medida e como parte do mesmo processo, a cidade experimenta a implosão decorrente da incapacidade físico-normativa de abrigar tantos processos: os processos que promovem a integração dos bairros à cidade; sendo que a essa implosão (interna) segue-se a explosão (externa) para os territórios circundantes, formando um enorme tecido urbano, com centralidades diversas.⁵

Na sequência de atos e processos vai sendo configurado um fenômeno de outra natureza como é a metrópole. Digo de outra natureza porque a metrópole é o reino do quantitativo, supremacia do valor de troca, o que exatamente a cidade histórica com seus bairros ainda não eram. É nesse sentido que se confrontam qualidade e quantidade, que o uso e o valor de uso entram num conflito dialético com a troca. E que a absolutização das quantidades vai produzindo uma baixa tendencial do valor de uso (DEBORD,1992). A generalização do valor de troca permitiu uma igualação formal pelo valor, gerando uma espacialidade diferencial dos objetos, das coisas e dos produtos e, por isso a metrópole é caracterizada por espaços da diferença. Desaparecem os fios de historicidade que inscreveram a relação bairro-cidade, pelos seus aspectos qualitativos no espaço urbano, enquanto espaço de representação da vida.

Nesses termos, espaços diferenciais são as áreas residuais dos velhos bairros, e mesmo da cidade propriamente dita, ali onde nasceram as instituições da cidade (a catedral, o teatro, o fórum, a câmara, os tribunais), mas são também parcelas de espaços desse enorme tecido urbanizado onde ainda se vê rema-

⁵ A expressão “tecido urbano”, noção construída por Henri Lefebvre ao longo dos seus trabalhos sobre a cidade e o urbano, evoluiu para designar uma “unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades antigas ou recentes (...). Com efeito, o interesse do “tecido urbano” não se limita à sua morfologia. Ele é o suporte de um modo de viver mais ou menos intenso ou degradado: a sociedade urbana. Na base economia do “tecido urbano” aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e cultural. Trazidas pelo “tecido urbano”, a sociedade e a vida urbana penetram os campos” (LEFEBVRE, 1969b, p.16).

nescentes da velha centralidade de bairros pobres (igrejas com suas pequenas praças) que se formaram como desdobramento da cidade.

Em suma concentrar o capital e o trabalho formalmente (gerando contratos) e realmente (veicular salários/meios de vida) tem sido a atribuição fundamental da cidade moderna. Acontece que a cidade não é um ente metafísico, sua realidade corresponde a certas práticas as quais têm sido capazes de articular, por dentro do que é propriamente a cidade, uma estrutura jurídica política e institucional da sociedade, promovendo a aderência necessária às suas diversas partes, mesmo que perpassadas por contradições. De modo que as leis da cidade e a busca por cidadania tornam-se um tema-problema necessário, já que, enquanto valor de uso para o capital, a cidade no todo e por partes acabou por inserir-se como núcleo potencializador do valor de troca. Aí também a palavra cidade perdeu o seu conceito, mas este é já um outro problema.

AS POLÍTICAS DE ESPAÇO

A quantidade de interesses econômicos, sociais e políticos que convergem nas políticas de espaço estão hoje se expandindo para além dos limites dos governos e do setor privado com a entrada de organizações multilaterais (Banco Mundial) no financiamento de políticas públicas. Financiamentos que, via de regra, estão acompanhados de pacotes tecnológicos. As políticas destinadas à reestruturação da Bacia do Alto Tietê, tanto voltadas a redimensionar a capacidade do escoamento superficial, como ao controle da poluição, mobilizam vultosos recursos materiais, humanos e, sobretudo financeiros. Os cem anos de história da urbanização de São Paulo foram suficientes para transformar cabalmente o funcionamento da Bacia do Alto Tietê; os rios e as várzeas foram transformados em força produtiva da sociedade. A força hidráulica para a produção de energia e as planícies aluviais, como disse, as várzeas, em espaço de circulação. É assim que a natureza natural do mundo é transformada em social, quero dizer que se estabelece a natureza social do mundo.

Portanto, as atuais investidas técnico-científicas no funcionamento da Bacia do Alto Tietê com aprofundamento do leito, concretagem das margens, reconstrução dos vertedouros entre outros objetivos, em tese visam a superar as contradições de processos acumulados nestes cem anos, período no qual as enchentes se agravaram, e a poluição das águas transformou o Tietê num esgoto a céu aberto. Portanto, as atuais políticas visam a uma

reestruturação em correspondência com as demandas da reprodução social do urbano metropolitano.

Enfim, no interior daquilo que vem sendo admitido como problemática ambiental, é bom que se diga, há objetivamente uma questão de desgaste da natureza e se estabeleceu o problema do consumo e da reprodução da natureza.

A dimensão prática de uma tal concepção realiza-se mobilizando e recorrendo a sociedade segundo diversas e variadas causas e razões, num movimento que estabelece o ambientalismo como paradigma teórico e prático desta época.

Tais impasses que foram historicamente produzidos carregam consigo o ônus de contradições acumuladas das quais não podem se livrar facilmente para prosseguir na reprodução do urbano. Por exemplo, como livrar o Tietê da poluição? Para além dos discursos resta o nada.

Nos fundamentos do processo de valorização dos rios e várzeas de São Paulo estiveram as políticas higienistas destinadas a transformá-los em força produtiva da sociedade. O sanitarismo, que se ocupou, entre outras coisas, do saneamento, era o lado prático do higienismo como filosofia política que antecedeu ao ambientalismo de hoje.

Tanto que englobava os princípios ordenadores do saneamento, da educação pública, da saúde pública. A sociedade do trabalho em formação recebia os contingentes expressivos de população rural, os quais eram impulsionados a absorver os princípios, as normas e as ordenações que modernizavam a sociedade nas primeiras décadas do século vinte. A cidade com seus bairros fora povoada por uma população egressa do campo, portanto de hábitos e costumes rurais.

As políticas de espaço eram gestadas em mais de um plano. Um, no interior dos gabinetes dos governantes que contava com a presença dos engenheiros e dos médicos sanitaristas. Um outro nível era o da alta administração das empresas estrangeiras (as *companies*) que operavam na produção de serviços urbanos (transportes, eletricidade, gás encanado, telefones). E, outro ainda, aos pés do chão, quero dizer em meio aos eventos do cotidiano, no âmbito de vivência da população citadina, a qual era impulsionada a absorver a modernidade, como já disse. Desde o final do século XIX, a especulação imobiliária comparece como um componente intrínseco desses processos políticos de produção do espaço e da sociedade urbana.

A ordem distante, do Estado e das empresas, determinou duramente as modalidades de uso do espaço dos rios e das várzeas. Pontes foram deslocadas

sem a menor consideração com os movimentos domicílio/trabalho. As trilhas amassadas do ir e vir ofereciam o alfabeto das práticas cotidianas que ninguém se interessou por lê-lo. Isto porque a especulação imobiliária, que corresponde aos ganhos extraordinários com transações que envolvem a situação geográfica (locacional) dos lugares, tem sido na urbanização brasileira uma força que se exercita como monopólio de classe e de grupos.

O estudo genético desse bairro mostrou como as elites patrimonialistas se apropriaram daquele solo e daquele subsolo com a legalização da propriedade, e depois a exploração econômica das argilas, da areia e do pedregulho.

Também a presença da polícia sanitária no interior das casas para o exercício da vigilância sanitária, fazia parte das coações implícitas nas políticas de espaço.

O encontro dessa população de perfil ainda rural com as políticas sanitárias de ordenamento urbano, pode ter sido vivido como afrontamento. Pois a perda de meios de vida, pela subtração do rio e das várzeas, tal como aconteceu com as populações tradicionais autóctones, chegou ser a impossibilidade de sua reprodução. Falo do caipira de São Paulo e do seu rápido desaparecimento.

Nesse bairro ribeirinho porque situado às margens do Tietê, que depois se tornou fabril, todos esses processos repercutiam cabalmente e geravam situações singulares.

CULTURA E REPRODUÇÃO

O modo de vida urbano se reproduz como totalidade, porém comportando separações, as quais podem dar lugar a formas que aparecem como autônomas. Tanto que a cultura tem sido tratada como uma esfera relativamente autônoma das práticas sociais. Contudo, examinando os termos da reprodução social, parece plausível explorar a premissa de Cosgrove (2003) de que há uma correlação entre modo de vida e modo de produção, ao afirmar que para compreender a cultura como evidência da prática é necessário voltar à noção de modo de produção como um modo de vida, incorporando a cultura dentro da produção humana, ligada em igualdade dialética com a produção de bens. Nesse sentido, entende que a consciência humana, as idéias e crenças são parte do processo material.

Quero assinalar neste breve ensaio que as manifestações culturais, como expressões simbólicas das coisas do povo, naquela comunidade de bairro, iam sendo profundamente modificadas em face da presença do estranho. Sim, por-

que houve um tempo comum e cotidiano que permitia absorção daqueles que vinham de fora, e inclusive de certas modas que geravam novos hábitos, enfim, novidades que a modernidade propunha. E nesse sentido houve enriquecimento e ampliação da experiência vivida como própria da vida de bairro. Até um certo momento, o bairro se reproduzia enquanto tal. Os limites dessa reprodução vieram de muitas direções do processo que urbanizava a sociedade inteira. O principal deles era o aprofundamento contínuo da divisão social e territorial do trabalho e a conseqüente mobilização do trabalho à escala nacional e internacional. A concentração urbana metropolitana, no último quartel do século vinte, era a evidência da sociedade de massas ou da sociedade dos grandes números. Os bairros submetidos a esses processos tenderiam a perder as suas identidades, a se tornarem um fragmento da metrópole, como já assinalado. Acontece que esses fragmentos de modos de vida superados ou em superação continuam e enquanto deles existir uma centelha que seja, ainda proporcionam aspectos qualitativos para a vida.

No dilaceramento do bairro, enquanto comunidade do bairro, estava também à negação da cidade, entidade preta de qualidades. Lugar de negócios que nunca pode ser estritamente funcional aos negócios porque é de sua essência ser lugar da festa. A sua negação vai a par e no mesmo movimento de negação do bairro até a evidência de sua implosão.

Disso decorre a constatação de que esse bairro fabril se constituiu em ambiência de vida e de relações fortemente enraizadas por duas e até três gerações, em alguns casos. E, que a propriedade imobiliária urbana foi o suporte essencial para essa permanência. Na atualidade, as velhas e grandes propriedades dos descendentes dos primeiros moradores são o insumo para a produção imobiliária de edifícios. A verticalização da metrópole segue seu curso mudando inclusive o perfil sociocultural dos moradores.

Visto pelo ângulo dos processos que interessam ao bairro, constata-se que a superação dos modos de vida até então alimentados no interior da comunidade de bairro, ocorreu no confronto com a mobilidade geral do urbano, principalmente expressa nas correntes migratórias que guardaram ainda um perfil étnico-cultural. Nesse sentido, foi importante a presença daqueles que estavam à procura de meios materiais (espaço) para exercitar e cultivar suas vocações artísticas e culturais, fortalecer suas identidades e, sobretudo enfrentar os preconceitos, como em geral existem, em relação aos que chegam depois.

Disso resultou o curioso fato de que às margens do Tietê, num bairro originalmente de caipiras, população tradicional do lugar, nos anos setenta do século vinte, foi instalado um Centro de Cultura e de Tradições Nordestinas.

O que aparecia como curiosidade era exatamente a circunstância de que o processo de metropolização (formação da metrópole), ao aprofundar as separações e provocar desenraizamentos, acelerava a mobilidade geral do urbano porque estava em consonância com as exigências da reprodução capitalista da sociedade. O aprofundamento da separação num nível, como, por exemplo, em função das demandas por trabalho, acelera a mobilidade geral do urbano, mas também incita à reunião em outros planos, outras esferas, como neste caso.

Nordestinos das mais diversas localidades da região metropolitana de São Paulo convergem para o Centro de Tradições e Cultura Nordestina. E isso não é tudo, pois a Escola de Samba Mocidade Alegre, também inscreveu uma certa centralidade do samba, enquanto manifestação cultural espetacular, no velho bairro fabril, bairro de operários.

Assim é que o bairro de caipiras, apesar de não ter sido lugar receptivo para a massa de migrantes nordestinos que chegou a São Paulo de modo bem independente de sua própria história, realiza, hoje, a centralidade da festa nordestina.

Pelo ângulo da própria metrópole, o processo de produção de cultura como tradução da reprodução do urbano, vem da periferia e surge como expressão do comunicar-se territorial dos excluídos. Não se pode ignorar que existe e se difunde uma arte de contestação (mural e musical) que preenche o cotidiano da periferia densamente povoada. O *rap* e o *hip hop* expressam um estado de consciência dos moradores da periferia, uma vez que produzem com expressão própria, apropriada por eles mesmos, e com força para irradiar-se para outros universos culturais da sociedade. Depois de um século de acúmulo de riqueza e de pobreza, a periferia dá o tom! Lentamente deixa transparecer o que faz, o que pensa, através dos murais, muitos deles subterrâneos e dos seus cantos de amor, de dor e de paixão. A reprodução é também transgressora na periferia, valendo desde CDs piratas ao complexo processo de controle territorial exercido por grupos organizados.

Em suma, a metrópole é uma estrutura policêntrica e além do mais de centralidades móveis. Marcada pela simultaneidade de atos e processos. Lugar das estratégias de todo tipo e sob o primado do indivíduo que exercita com pra-

zer inusitado o individualismo como princípio e fim. Mas, por paradoxal que possa parecer, nenhuma sociedade socializou tão profundamente a existência de uns e de outros. A questão é que a socialização pelo valor está assentada na alienação fundamental do indivíduo.

Usei o exemplo de um bairro estudado para mostrar, pelo avesso, o que os indivíduos perdiam em relação com o que ganhavam com a urbanização da sociedade. Sim, porque é disso que se trata. A generalização do valor alcançou os mais recônditos lugares, provocou expropriações, produziu alienações dando em troca o mundo da mercadoria.

Portanto a reprodução do urbano dificilmente poderia ser entendida como ato ou processo que se resolva a partir do uso, muito embora seja impossível ignorar que há uma sociedade dos insurgentes, dos insubmissos no subterrâneo, nos interstícios daquilo que é invisível.

BIBLIOGRAFIA

- CARLOS, Ana Fani. *Espaço tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.
- COSGROVE, Denis. Em direção a uma Geografia Cultural radical: Problemas de teoria. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. P.103/134.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- DEBORD, Guy. *La Société du Spectacle*. Paris: Éditions Gallimard, 1992.
- FIX, Mariana. *São Paulo cidade global*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. *Introdução à Modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969a.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969b.
- _____. *La Révolution Urbaine*. Paris: Éditions Gallimard, 1970.
- _____. *A reprodução das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpiação, 1973.
- _____. *Lógica forma e lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito do Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, s/d.
- ROBIRA, Rosa Tello. Áreas Metropolitanas. Espaços colonizados. In: CARLOS, Ana Fani e CARREIRAS, Carles. *Urbanização e mundialização: estudos sobre a Metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005. P. 9-21.

Recebido em: 15/10/2009

Aceito em: 10/11/2009